

CORREIO NORTE



Estudantes da rede estadual paraenses no Enem 2023

Alunos são premiados por bons resultados no Enem

Estudantes da rede estadual do Pará que tiraram notas superiores a 900 no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em 2023, receberam \$10 mil em crédito habitacional, do programa Sua Casa, como premiação do governo do estado.

O programa "Bora Estudar", da Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc), busca incentivar os alunos a partir do reconhecimento dos melhores desempenhos. O evento de entrega simbólica do cheque foi rea-

lizado na Escola Estadual Albanízia de Oliveira Lima, na quarta-feira (24). O programa "Bora Estudar" foi anunciado em 2023 e é o maior programa de reconhecimento de desempenho escolar para estudantes da rede estadual de ensino. A unidade escolar pode optar por conceder o benefício para um ou até cinco estudantes da turma da rede de ensino público. A iniciativa é uma parceria entre a Seduc e a Companhia de Estado de Habitação (Cohab).

Voos suspensos

Pela segunda vez, o Aeroporto de Boa Vista ficou com seus voos comerciais suspensos. A pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Boa Vista (RO) passa por reformas até fevereiro. A primeira etapa sem voos foi realizada no último final de semana. Mais duas suspensões estão previstas.

Ampliação

O governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, reuniu-se com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, em Brasília, para tratar sobre a ampliação de voos para os municípios de Palmas e Araguaína, disponibilizados pelas companhias aéreas do Brasil. A reunião ocorreu na terça-feira (23).

Patrulhamento

Na manhã da quinta-feira (25), a Polícia Federal anunciou o início do Plano de Desenvolvimento Estratégico, na Delegacia de Polícia Federal em Epitaciolândia (AC). O grupo concentrará esforços no patrulhamento das águas do Rio Acre, para impedir a ação de organizações criminosas.

Coral

O Coral do Servidor abriu inscrições até o dia 8 de fevereiro. O Coral não exige experiência e tem como objetivo dar voz e oportunidades a todos os servidores públicos de Boa Vista (RR) que gostam de cantar, além de proporcionar um momento de prazer e relaxamento para os profissionais.

Gatos

O Ministério Público de Roraima investiga a morte de oito gatos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (Pamc), em Roraima. A investigação ocorre após denúncia do deputado estadual Marcinho Belota (PRTB). Os gatos foram encontrados dentro de uma lixeira.

Reciclagem

Mais de 1.300 toneladas de pneus, em Palmas (TO), são destinadas, pela prefeitura, à empresa de reciclagem Reciclanip, de Goiás. A entidade é responsável pela cadeia de logística reversa da indústria de borracha. A média é de cinco a seis carretas carregadas de pneus entregues por semana.

Pregão

Em decisão monocrática, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), Fabian Barbosa, determinou a suspensão do pregão para contratação de serviços de saúde da Prefeitura de Manaus. A medida é resposta a uma denúncia do vereador Carpegiane (Republicanos).

Alerta

A Prefeitura de Porto Velho, por meio da Fundação Cultural (Funcultural), trouxe um alerta a todas as agremiações carnavalescas para que não utilizem mão de obra de crianças e adolescentes durante as festividades. O descumprimento, alerta, resultará em medidas judiciais.

Transparência

O Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) obteve o maior índice de transparência entre as instituições do estado, conforme o Radar da Transparência 2023, que está na segunda edição. A plataforma faz parte das ações do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).

Esporte

Com o objetivo de investir no futebol local, o governador de Tocantins, Wanderlei Barbosa, se encontrou com o ministro do Esporte, André Fufuca, em Brasília. Ele também busca discutir alternativas de alocação de recursos para investimentos na área esportiva no estado.

Em Manaus, destino do lixo causa disputa judicial

Justiça definiu que aterro atual deve encerrar no dia 31

A prefeitura de Manaus, sob a gestão de David Almeida (Avante), entrou em uma disputa judicial com o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam). As informações são do site Amazonas Atual. A causa da divergência é o destino do lixo na cidade. Enquanto o governo local planeja aumentar a área do aterro sanitário já existente, o Ipaam prefere que outra unidade passe a receber os resíduos.

A previsão é de que o atual aterro sanitário seja encerrado até o dia 31. O prazo foi definido pela Terceira Câmara Cível do TJAM (Tribunal de Justiça do Amazonas), em um processo que já durava 20 anos. Dessa forma, a prefeitura tenta expandir o aterro, para que ele continue em operação. No requerimento, o executivo detalhou ainda que, mesmo sem a expansão, a vida útil do empreendimento vai até o mês de outubro deste ano.

Por outro lado, o Ipaam argumenta que a proposta é inviável pois, segundo o instituto, o projeto "ampliaria os danos ambientais da área em questão, que conforme se tem conhecimento poluiu os igarapés adjacentes, acabando com os bal-



Aterro sanitário de Manaus no meio de disputa judicial

neários próximos." O instituto também afirma que a área para expansão já está degradada. O aterro está localizado no quilômetro 19 da rodovia AM-010 (Manaus-Itacoatiara). A Marquise defende o fim do aterro sanitário no dia 31.

Grupo Marquise

O Grupo Marquise Ambiental recebeu licenciamento do Ipaam para operar um novo aterro sanitário, na região do Tarumã, no quilômetro 13 da

BR-174. Porém, o aval é questionado na Justiça. O Ministério Público Federal (MPF) alega que "graves impactos ambientais estão a ter lugar na região, em função do empreendimento".

A posição da justiça em relação ao novo aterro se deve a decisões anteriores do Ipaam. A área destinada ao aterro já foi usada para exploração mineral, conforme consta do próprio processo e, mesmo assim, o Ipaam não barrou o Grupo

Marquise. Outro ponto relevante é que o projeto do novo aterro seria implantado em uma região com mais de um curso de água, inclusive um afluente do Rio Tarumã.

O Ipaam justifica que solicitou a alteração do local do aterro na proposta, em uma nova localidade afastada, ao menos, 200 metros dos mananciais. A Marquise, no entanto, não alterou o projeto e mesmo assim obteve a licença para operação no espaço.

Amapá mostra ação de manejo florestal

O governador do Amapá, Clécio Luís, se reuniu com o embaixador austríaco, Stefan Scholz, além de outros representantes da União Europeia, para apresentar a política de manejo florestal. O Amapá é referência na prática sustentável, que representa o respeito pelo ciclo de recuperação da floresta.

O convite partiu do embaixador, que visitou o Amapá em novembro do ano passado e conheceu o sistema. O diplomata estreitou laços com o Governo para buscar cooperação em prol do desenvolvimento socioeconômico e da preservação do meio ambiente.

O encontro aconteceu na quinta-feira (25), na sede da Embaixada da Áustria, em Brasília (DF).

"Minha visita ao Amapá foi uma verdadeira descoberta. A apresentação de fatos e números sobre o sistema de Manejo Florestal Sustentável do estado é fantástico, desde o conceito até a prática, me ajudou a com-

preender melhor o papel do Amapá como líder nacional no ramo", destacou Scholz.

De acordo com a política de manejo florestal, não é permitido cortar um número de árvores maior do que o determinado. Essa quantidade é definida pelo impacto ambiental gerado na extração feita pelos produtores.

Segundo o diretor de Desenvolvimento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), Marcos Almeida, "a floresta bem manejada consegue se manter produtiva para a eternidade."

Em Amapá existe o maior projeto de manejo florestal de base comunitária do país, em Mazagão. Nessa iniciativa, o uso da floresta acontece somente após um estudo de quais impactos a exploração vai gerar, quais árvores serão escolhidas e o consequente replantio, com responsabilidade social. Por fim, as árvores replantadas integram a "Bolsa Floresta".

RONDÔNIA

Indígenas denunciam racismo em escola

Mulheres das etnias Aymara, Borum Kren, Kayapó, Mura e Tupinambá foram até uma escola, em Porto Velho (RO), no distrito Nazaré, para fazer uma demarcação simbólica. No entanto, as mulheres relatam que, durante a ação, foram acusadas, pela diretora, de invadir a unidade escolar, além de assustar os alunos.

O caso aconteceu na Escola Estadual Francisco Desmorest Passos e foi denunciado pelas indígenas no Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia (Sintero).

As indígenas pretendiam verificar se a escola ensina o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira.

AMAZONAS

Saúde do estado fez três cirurgias históricas

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM), fez um levantamento do trabalho realizado durante o ano de 2023. Foram entregues mais de 100 leitos. Além disso, 5 mil pessoas foram atendidas, mais de 200 cirurgias foram realizadas e duas obras foram entregues.

A saúde pública do estado teve pela primeira vez a cirurgia bariátrica, que não era realizada há mais de dez anos, realizada na FHAJ; assim como o primeiro implante coclear e o inédito transplante renal na rede pública estadual, realizado no Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz.

RONDÔNIA

Médicos convocados em programa de residência

O Governo do Estado de Rondônia convoca para matrícula os candidatos aprovados dentro dos limites das vagas no processo seletivo de Residência Médica. O programa é gerido pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesau).

O prazo para inscrição vai do dia 24 ao dia 30 de janeiro. São ofertadas especialidades da área de cirurgia geral, cirurgia plástica; clínica médica; ginecologia e obstetria; infectologia; medicina intensiva; pediatria; medicina intensiva; ortopedia e traumatologia; pediatria; psiquiatria e urologia. As especializações funcionam de forma integrada aos conhecimentos acadêmicos.

TOCANTINS

MPTO ingressa ação contra crime ambiental

O Ministério Público do Tocantins (MPTO) ingressou com uma ação cautelar criminal contra uma proprietária rural do município de Lagoa da Confusão (TO). Ela é acusada de desmatar uma área de plantio. A Justiça requer a apreensão e penhora de bens, no valor de R\$ 1,48 milhão. O MP pleiteia, ainda, a suspensão de atividades agropecuárias em uma área de 300 hectares, o que corresponde a, aproximadamente.

A ação, proposta pela Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Alto e Médio Araguaia, tem o objetivo de garantir a indenização pelos crimes ambientais cometidos na propriedade.

Crédito: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Ayres defende reduzir energia em estados do Norte

Projeto isenta tarifas no norte do país

O deputado federal Ricardo Ayres (Republicanos) é o autor do Projeto de Lei 3872/23, que isenta da incidência das bandeiras tarifárias os consumidores de energia elétrica dos estados da região Norte. A justificativa da proposta é de que os estados com mais hidrelétricas atualmente pagam mais caro pela energia.

Desde 2015, os estados aderem ao sistema de bandeiras tarifárias e o preço final é repassado ao consumidor. O valor é alterado conforme a necessida-

de de acionamento de usinas termoeletricas, como suporte para atender a demanda.

No entanto, no Norte do país a produção de energia supera em muito a demanda e, mesmo assim, os estados pagam mais. Ayres justifica que o custo de levar energia elétrica às cidades do Norte é maior do que nas demais regiões, pela distância e por dificuldades de logística. Para ele, os empecilhos são suportados apenas pela população local, mas as benesses são usufruídas por todos.